

2ª quinzena de julho de 2002

AD VERSOS

Jornal da Adufrgs

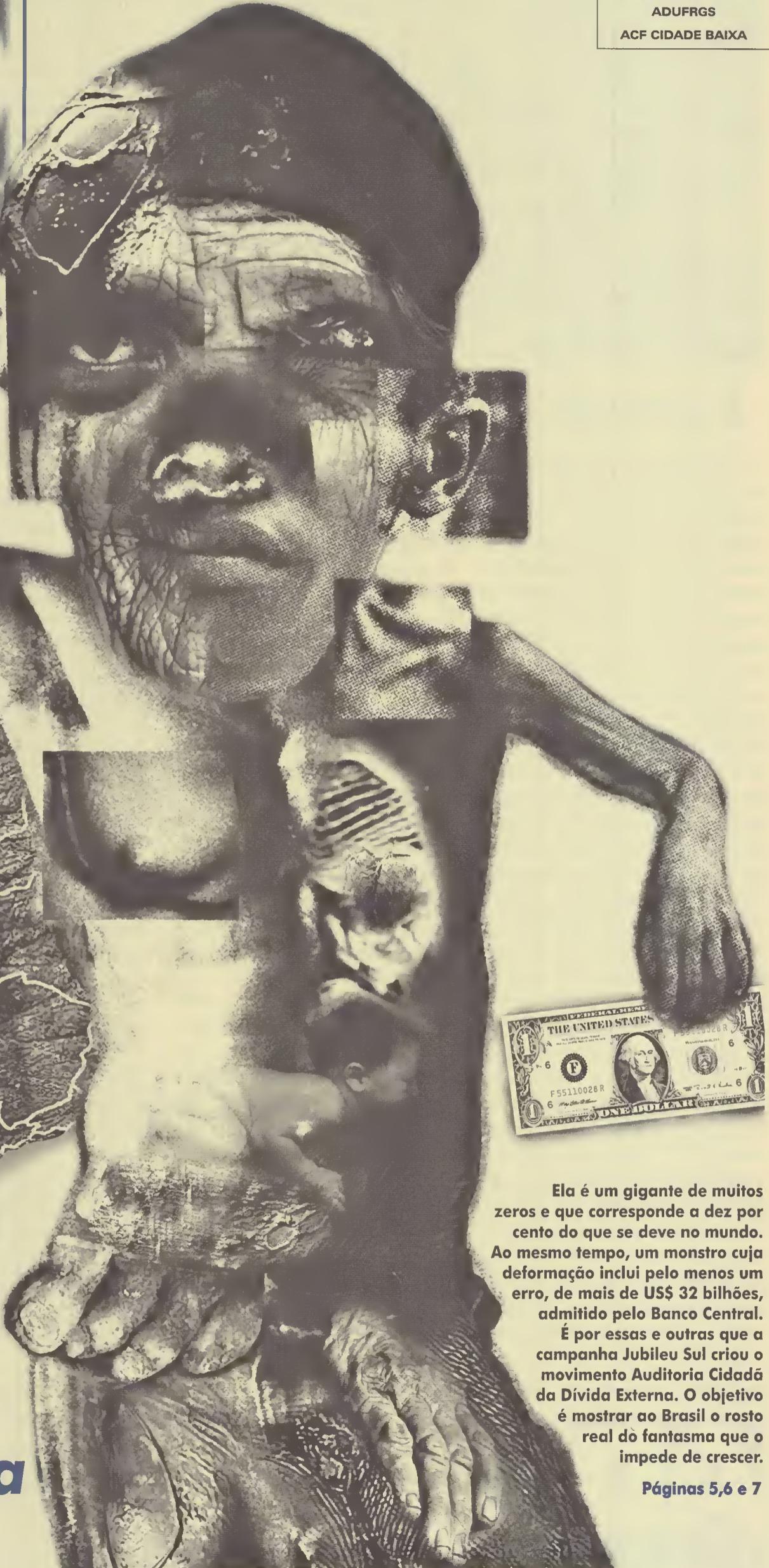
nº105

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO N° 0334/01
ECT / DR / RS
ADUFRGS
ACF CIDADE BAIXA



ECONOMIA

Auditória quer conhecer a cara da dívida



Ela é um gigante de muitos zeros e que corresponde a dez por cento do que se deve no mundo. Ao mesmo tempo, um monstro cuja deformação inclui pelo menos um erro, de mais de US\$ 32 bilhões, admitido pelo Banco Central.

É por essas e outras que a campanha Jubileu Sul criou o movimento Auditória Cidadã da Dívida Externa. O objetivo é mostrar ao Brasil o rosto real do fantasma que o impede de crescer.

Páginas 5,6 e 7



Reprodução "The Sea of Galilee" / Delacroix

É preciso retomar o rumo

A bolha especulativa financeira mostra quão frágil é a economia brasileira. A absurda alta do dólar já teve muitas tentativas de ser explicada, mas nenhuma parece razoável. A expectativa de uma mudança de política econômica, caso triunfe o candidato da esquerda, a crise social e econômica na Argentina, que se alastrá também ao Uruguai e ao Brasil, a queda das bolsas no mundo inteiro a raiz das falências e escândalos contábeis de grandes empresas norte-americanas, a pressão do governo dos EUA para implantar a ALCA, são alguns dos argumentos levantados para explicar a desvalorização do real. Os economistas anunciam que a crise é temporal, teorizam sobre os fatos, mas, afinal, a fragilidade e a suscetibilidade da moeda brasileira se manifestam de forma grotesca.

Cada vez mais o setor financeiro internacional define os rumos dos países periféricos e dependentes. Bancos e agências norte-americanas definem os países que estão em risco de dar calote à dívida externa, mediante uma escala de causar revolta e definem a economia do país. A maior parte das vezes, o próprio mal que gerou esta situação é

considerado remédio. A Argentina foi massacrada pela política econômica emanada do FMI e a solução proposta, com a anuência de governantes sabujos, é aplicar mais do mesmo. É uma ciranda de onde não parece haver saída. E os países dependentes vão caindo como cartas de náipe. A vez do Brasil é só questão de tempo, com a circunstância agravante de a situação ficar bem pior que a da Argentina. Pelo menos é o que indica o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) publicado na semana passada. Nossos vizinhos do Cone Sul (Argentina, Uruguai e Chile) são considerados com índices de países desenvolvidos. Já o Brasil cai para a segunda divisão de países com índices atrasados. O IDH mede a riqueza do país, mas também o seu desenvolvimento humano, em termos de políticas sociais. Nesse quesito, o Brasil está aquém não só de países do Cone Sul, mas de outros como a Costa Rica, a Venezuela e até da Colômbia, com guerra e tudo mais. O destino de um povo não pode e não deve estar tão atrelado às vilãs decisões de Wall Street. Cabe ao povo retomar seu rumo, refletir sobre o seu futuro e expressar seu poder nas urnas.

Norte-americanos estão preocupados

Com os escândalos pipocando em diversas empresas, os norte-americanos estão ficando preocupados com o rumo de seu país, segundo uma leva de pesquisas divulgadas pela agência Reuters em julho. A aprovação pessoal ao presidente George W. Bush continua elevada, mas há mais gente achando que os Estados Unidos estão indo na direção errada. Os institutos atribuem isso à quebra da WorldCom, às suspeitas envolvendo o passado empresarial de Bush e de seu vice, Dick Cheney, e à queda nas Bolsas. "A onda de más notícias a partir de meados de junho teve um grande impacto na opinião pública", afirmou Thomas Riehle, do instituto Ipsos-Reid, que mostrou pela primeira vez neste ano a maioria dos estadunidenses acreditando que a coisa vai mal. "Há uma sensação muito forte se desenvolvendo no sentido de que temos de buscar uma nova direção," afirma Riehle.

Fiesp aponta perdas com a Alca

O Brasil perderá US\$ 1 bilhão por ano em seu comércio exterior, caso entre para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A informação foi divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) no dia 25 de julho. O estudo simulou o que aconteceria com as maiores economias do continente após a implantação da Alca, com a redução das tarifas de importação a zero, no início de 2006, e concluiu que o Brasil seria o país que mais perderia, e os Estados Unidos os que mais ganhariam – US\$ 2,65 bilhões por ano. México e Chile também perdem US\$ 0,6 bilhão e US\$ 0,4 bilhão, respectivamente, enquanto Argentina e Canadá ganham US\$ 0,3 bilhão e US\$ 0,2 bilhão.

As principais eleições de 2002

O sítio da revista norteamericana The Nation (www.thenation.com) traz um texto de Steve Cobble, analista político e membro do Institute for Policy Studies, intitulado "A eleição mais importante de 2002?". O tema do artigo é a eleição presidencial brasileira, apresentando Lula como o candidato que "já foi derrotado pelo dinheiro da oposição, por manchas pessoais, táticas assustadoras e pela lista negra da operação bancária internacional, que diz ao Brasil, se você eleger Lula, nós cancelaremos seus empréstimos, degradaremos suas avaliações de crédito e acabaremos com a sua economia." Cobble completa dizendo que "a economia brasileira já está com sérios problemas e o Partido dos Trabalhadores não pode ser

culpado por isso", e encerra: "este é o ano em que os brasileiros podem mudar o destino do Ocidente".

CIA prepara clima para golpes militares na AL

Um texto publicado no diário La Nación afirma que, mesmo com operação militar dos Estados Unidos concentrada atualmente na Ásia, a CIA tem sinalizado que a América Latina é uma zona volátil, cada vez mais perigosa para os Estados Unidos. Por isso, advertiu que devem ser tomadas medidas para reverter a atual tendência. No primeiro informe ao Senado, depois do 11 de setembro, o diretor da CIA, George Tenet, advertiu sobre a crescente "falta de estabilidade política na América Latina". Considerou que o governo de George W. Bush deve adotar medidas para reverter a atual tendência na América do Sul, embora não tenha mencionado quais seriam as medidas necessárias. Tenet teria dito que a América Latina registra "tendências preocupantes" que se constituem desafios latentes ou em crescimento para os interesses estadunidenses e que, "às vezes estimula aos terroristas". Neste contexto, afirmou que para a agência de inteligência merecem especial atenção a situação na Argentina, Colômbia e na Venezuela. Disse Tenet: "A América Latina está ficando cada vez mais volátil, enquanto cresce ali o potencial para a instabilidade. A região tem sido afetada por cinco crises econômicas na mesma quantidade de anos e o impacto econômico do 11 de setembro piorou a já débil perspectiva das economias da região, com uma redução na demanda de suas exportações provocada pela crise global".

Adolescência e Construção de Fronteiras

Acontece nos dias 15, 16 e 17 de agosto, no Salão de Atos da Ufrgs, o Colóquio Adolescência e Construção de Fronteiras. O evento, realizado pela Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) e pela Ufrgs, conta com a presença de Jean-Jacques Rassial, Eric Bidaud e Marie-Claude Fourment – psicanalistas da Universidade Paris 13. Além de professores da Ufrgs, PUC-SP, UFRJ e da USP, e de membros da APPOA. Informações podem ser conseguidas na Secretaria da APPOA, pelo telefone 3333.2140, ou na Coordenação do Colégio, 3316.5458 (à tarde).

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Consun rejeita projeto da Andifes

O Conselho Universitário da Ufrgs (Consun) se pronunciou, no dia 12 de julho, oficialmente contra o anteprojeto de regulamentação da autonomia universitária elaborado pela Andifes. O fato revela que, embora a maioria reeleita para a nova gestão do Consun não seja, assumidamente, defensora das causas do Movimento Docente, ainda assim optou por não endossar a proposta governista dos reitores. Também foi consenso da maioria que, no momento de transição política pelo qual passa o País, não é conveniente aprovar qualquer proposta de autonomia universitária, mas seguir aprofundando a discussão nos próximos anos.

Ao invés de projetos de regulamentação, a Adufrrgs, que já se colocou contra a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal – posição defendida pela Andes-SN –, propõe uma pauta mínima de reivindicações, que deverá ser apresentada aos presidenciáveis nos próximos meses. A idéia, segundo o professor Carlos Schmidt, que faz parte da comissão responsável pela elaboração da pauta, é garantir, através de medidas do futuro governo, a sustentabilidade da universidade pública nos próximos anos, além de alguns avanços como a recuperação gradual do quadro de recursos humanos e dos salários.

As propostas colocadas no documento serão levadas aos candidatos à presidência da República com o pedido de que cada um se pronuncie sobre o tema e assuma um compromisso com os docentes das universidades públicas para os próximos quatro anos. Enquanto isso, a regulamentação ou não do artigo 207 e a forma como esse processo se daria passariam a ser discutidos mais profundamente pelos professores que poderiam, inclusive, apresentar um projeto no futuro que contemplasse as lutas do Movimento Docente.

A pauta será submetida à apreciação da assembléia no dia 5 de agosto, onde poderá sofrer alterações, para só depois ser encaminhada aos candidatos. No texto original, os professores ressaltam que "a questão da Universidade está inserida no equacionamento dos problemas mais gerais da sociedade brasileira". Portanto não seria "possível encaminhar estes problemas sem superar a gestão que vem sendo praticada pelo atual governo nas questões econômicas e sociais...".

Além dos pontos já citados, o documento reivindica recuperação e expansão gradativa dos recursos materiais da Universidade; plano de cargos e salários unificado para professores e técnico-administrativos; manutenção do Regime Jurídico Único; criação de um sistema de avaliação das universidades a ser discutido com a comunidade acadêmica (o atual é considerado reducionista e ineficaz); direito à comunidade universitária de escolher os dirigentes das instituições e ainda a utilização restrita das verbas públicas destinadas ao ensino superior pelas instituições públicas.

EXPOSIÇÃO Lembrar Gênova 2001

Foi aberta dia 19 a exposição "Lembrar Gênova 2001", que marcou um ano da morte do ativista Carlo Giuliani, no Fórum Social de Gênova, com a inauguração de um monumento feito por artistas italianos durante o 2º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, mostra fotográfica do 2º Acampamento Intercontinental da Juventude do FSM e apresentação do documentário Bella Ciao (Itália/2001), de Roberto Torelli, no Memorial do Fórum Social Mundial. A idéia do evento foi resgatar a história das manifestações antiglobalização a partir de Gênova até o 2º Acampamento Intercontinental da Juventude, que teve como nome Cidade da Juventude Carlo Giuliani.

O documentário Bella Ciao mostra as manifestações, a partir de cenas captadas por 15 câmeras durante os protestos nas ruas de Gênova, além do aparato policial montado pelo governo italiano. As apresentações do documentário aconteceram dias 20 e 21, com bate-papo depois do filme.

Dia 20, em Gênova, Carlo também foi lem-



Memória: artistas italianos deixaram em Porto Alegre monumento para homenagear Carlo Giuliani

brado por uma multidão de 130 mil pessoas, que, segundo o jornal "La Stampa", de Milão, surpreendeu os próprios organizadores do ato, que esperavam de 30 a 40 mil participantes. Uma passeata percorreu as ruas centrais de Gênova, para marcar o primeiro aniversário do assassinato do jovem Carlo Giuliani, 23 anos, pela polícia do governo.

VENEZUELA

"Governo é vetado nos meios de comunicação"

"O golpe foi midiático", afirmou o secretário de Educação da Venezuela, Aristóbulo Istúriz Almeida, 24 de julho, na Usina do Gasômetro. Almeida foi o convidado do encontro "A Venezuela no Governo Chávez", mediado pelo professor de história contemporânea da Ufrgs Paulo Vizentini. Ele disse que os Estados Unidos vinham freqüentemente acusando o governo Chávez de antidemocrático, de ditadura disfarçada e similares, desde que a política externa venezuelana começou a se distanciar dos interesses da Casa Branca. O golpe acabou ocorrendo na madrugada do dia 11 para o dia 12 de abril e, não por acaso, os primeiros a reconhecerem o governo de Pedro Carmona – dirigente da Fedecamaras, a federação empresarial mais poderosa do país – foram o FMI e os EUA.

A mídia venezuelana foi a principal arma do golpe, transformando o país no cenário perfeito para que ele acontecesse. Nos notícias, as manifestações eram apresentadas como sendo todas contra Chávez. Na televisão, o presidente era apresentado à opinião pública como o bandido – golpista e ditador – e Carmona, o mocinho da história. A TV estatal venezuelana chegou a ser tirada do ar e a única fonte segura de informação eram as redes internacionais alternativas. A essas, Chávez agradeceu em seu discurso na retomada do Palácio Miraflores. "Nós, que somos governo, somos vetados nos meios de comunicação", contou Almeida. Também disse que "o vazio dos partidos foi ocupado pelos meios de comunicação. Eles são os chefes políticos". O discurso do secretário foi permeado por uma vontade de integração entre Venezuela e Brasil, chegando a afirmar que "com Chávez lá e Lula aqui a América Latina muda".

Brasil

A cobertura da imprensa brasileira não fugiu à regra do resto do mundo. O golpismo ocorreu também por parte da nossa imprensa, que elogiou a derrubada de Hugo Chávez. Em nenhum canal ouviu-se uma crítica que fosse ao ocorrido. "O povo brasileiro, argentino, venezuelano, ou de qualquer outra parte da América Latina não é aquele que a televisão mostra", avaliou Almeida. O

secretário descreveu Chávez como o presidente de um mandato que luta para gerar um equilíbrio político que desenvolva a Venezuela e a tornar um país possível de ser governado. "É um governo que não está a serviço dos 20% que são realmente a sociedade venezuelana. O resto é 80% de excluídos, que tem de tomar parte da sociedade. Não se trata de um combate entre as duas partes, mas a criação de uma sociedade venezuelana que seja 100% dos homens e mulheres", falou.

Com a carta magna do país nas mãos, a Constituição Bolivariana, ele contou que, na Venezuela, "a estratégia econômica é o desenvolvimento do nosso trabalho, agregar valor a nossa matéria-prima. Todos que querem vir à Venezuela – chineses, japoneses, ingleses, norte americanos, franceses – são bem-vindos, mas que plantem, que processem a matéria-prima aqui. E gerem emprego aqui. Nós que temos o poder sobre o petróleo".

Vizentini narrou seu encontro com Hugo Chávez e as impressões que o presidente deixou no professor. Vizentini caracterizou como "corajosas" as ações do governo venezuelano como articular uma política de valorização do preço do petróleo. E também a atitude de "restabelecer laços de solidariedade, visitar países que sofriam embargos terríveis e reafirmar velhos laços de amizade", disse Vizentini. Também disse que contribui para gerar uma espécie de desafio. "Aquele que naquela época parecia uma exceção nós vemos hoje se preparando para se multiplicar por outros países da América Latina". Com o quadro de instabilidade em quase todos os países latino-americanos, Vizentini acredita que possa haver um lado positivo na crise. "Nós vivemos envolvidos numa visão falsa da realidade e agora a verdade emerge".

A palestra foi encerrada com um debate, que contou com a intervenção do governador Olívio Dutra dizendo que "somos o estado mais meridional do país, portanto, o mais latino-americano". Solidarizando-se com o governo venezuelano, lembrou o papel da mídia e do governo estadunidense no golpe. "Hugo Chávez é um momento de afirmação do povo venezuelano".

ECOLOGIA

"Problema não é ambiental, mas de desenvolvimento"



Encontro: Eco 92 e Rio + 10 foram tema de ambientalistas

Um momento para refletir sobre a importância e a capacidade de progredir nas questões ambientais da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), que se realizará entre 26 de agosto e 4 de setembro deste ano em Joanesburgo, África do Sul. Foi assim a última edição da "Terça Ecológica", que aconteceu na noite do dia 16 de julho no auditório da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico). O encontro, que contou com a participação de cerca de 60 pessoas, entre jornalistas e estudantes, foi uma promoção do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (Nej/RS), e teve o apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema).

O biólogo Francisco Milanez, um dos painelistas, foi enfático ao afirmar que "o mundo demorou 30 anos - pois o tema já era debatido na Cúpula do Meio Ambiente realizada em 1972, na cidade de Estocolmo - para perceber que o problema não era apenas ambiental, e sim de desenvolvimento". Para ele, outras questões devem ser defendidas junto com a luta ambiental, como um modelo economicamente viável, justiça social e um ambiente culturalmente respeitoso, "porque onde não se respeita a cultura, também não se respeita soberania alimentar, agricultura e outras questões ligadas ao meio ambiente", disse Milanez.

A propriedade intelectual foi outro tema abordado pelo ecologista. A industrialização vem sendo varrida dos países ricos a para os pobres. Segundo ele, o que realmente interessa no mundo de hoje é o monopólio sobre os softwares, remédios e o patenteamento de seres vivos. Além das empresas de informação e os royalites, porque "em um mundo de capital volátil basta apenas dizer", diz Milanez.

O diretor-presidente da Fepam, Nilvo Alves da Silva, estabeleceu um paralelo entre globalização neoliberal e meio ambiente, ressaltando que "o Banco Mundial sempre financiou projetos sem avaliação ambiental prévia". Afirmou que o problema do consumo dos recursos naturais vem a má distribuição e da forma de exploração hoje utilizada. A questão da governança, um dos grandes temas da Rio + 10, e que já foi alvo de debates durante o último Fórum Social Mundial, devido ao crescimento dos movimentos da sociedade civil e das organizações não-governamentais pelo mundo, também permeou a intervenção de Nilvo. "A questão é tentar tirar o máximo da Rio+10, quase na retaguarda, evitando retrocessos. Ninguém está otimista, mas não vamos nos entregar", concluiu.

PORTO ALEGRE

OP elogiado pela ONU

O Brasil subiu dois lugares no ranking mundial de desenvolvimento humano, divulgado pela ONU no dia 23 de julho, passando agora a ocupar a 73ª posição. Apesar da pequena melhora, o documento revela que o País não tem conseguido transformar, de maneira adequada, a melhoria de renda da população em bem-estar social, quando apresenta taxas de alfabetização e expectativa de vida baixas em relação ao nível de riqueza. Mas o país aparece de forma positiva no relatório da ONU quando este aponta a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre, como exemplo de transparência administrativa e de sucesso na democratização dos serviços públicos.

Segundo o documento, desde que a capital gaúcha implantou o Orçamento Participativo, em 1989, os ganhos para a população pobre foram significativos. "O número de casas com água canalizada passou de 80% para 98%; o número de casas com acesso a melhores condições de saneamento básico saltou de 46% para 85%, e o número de crianças matriculadas na escola pública dobrou", diz o relatório, que cita ainda como positiva a ação da organização não-governamental Centro de Assessoria e Estudos Urbanos (Cidade), que monitora e analisa reuniões de conselhos, organiza workshops e cursos de treinamento para delegados, conselheiros e líderes comunitários, além de divulgar informações através de um jornal impresso e da internet.

Segundo a Prefeitura de Porto Alegre, até 2001, 45 mil pessoas reuniram-se por ano para discutir a aplicação do orçamento municipal. Por ser um importante instrumento de participação popular, o Orçamento Participativo virou referência mundial. E a escolha da capital gaúcha para sediar o Fórum Social Mundial por três anos consecutivos – 2001, 2002 e 2003 – é o resultado desse reconhecimento. Para a ONU, a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo. Até o Banco Mundial reconhece o processo de participação popular de Porto Alegre como um exemplo bem-sucedido de ação comum entre governo e sociedade civil.

O ranking dos países é formado a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, de acordo com o documento da ONU, tem tido um crescimento cada vez menor nos últimos cinco anos avaliados. O índice considera três fatores: um indicador de expectativa de vida, uma medida educacional baseada na alfabetização e no nível de matrículas e o PIB per capita ajustado pelo poder de compra em cada país. Entre os 173 países analisados, o Brasil fica na 60ª posição se for considerado apenas o PIB per capita ajustado. A diferença de 13 colocações entre os rankings de renda e de desenvolvimento humano levou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimen-

ento (Pnud) a concluir que o avanço social não acompanhou o crescimento econômico.

Reforma do mundo

O texto trata da necessidade de reformas no sistema internacional, ao sugerir que "os atores e as instituições globais sejam mais inclusivos e respondam aos problemas das pessoas mais pobres do mundo". No trecho sobre comércio internacional, o documento avalia que "as regras comerciais internacionais trabalharam contra os interesses econômicos dos países em desenvolvimento e falharam em restringir o protecionismo nos países industrializados".

A chamada "globalização assimétrica" é denunciada pelo relatório quando este afirma que "na média, as tarifas dos países industrializados sobre importações dos países em desenvolvimento são quatro vezes superiores às das importações de outros países industrializados". No campo das patentes, o texto condena o fato do acordo da OMC sobre propriedade intelectual privar os pobres de acesso a medicamentos essenciais.

Indo além das críticas, o Pnud recomenda, para a questão interna, "aumentar o pluralismo". Para isso propõe que os grupos fora das instituições formais do Estado participem do processo de decisões globais e que aumente a "participação e a responsabilização nas instituições multilaterais, de forma a dar papel maior aos países em desenvolvimento".

Poder político aos pobres

Claro e direto, o documento da ONU sobre desenvolvimento humano conclui que "a redução sustentada da pobreza requer crescimento equitativo, mas requer também que os pobres tenham poder político". A democracia, por si só, não resolveu o problema do Brasil, revela o texto, já que "coexiste com desigualdades econômicas e sociais que estão entre as maiores do mundo". Ainda assim o Pnud recebeu mais democracia, com melhor governança interna e global. "Não se trata apenas de escolas serem construídas, mas se os estudantes em áreas pobres são tão bem equipados quanto estudantes nas áreas ricas".

O aprofundamento da democracia, de acordo com o texto, bate contra duas realidades: o financiamento de campanhas políticas e o declínio dos partidos políticos em muitas partes do mundo. Mas aponta "novos meios de o povo participar no debate ou atividades públicas", através, por exemplo, das ONGs. Nesse item, o Brasil volta a ser citado de forma positiva, com 210 mil ONGs. O relatório se resume em um apelo para que a democracia seja "um conjunto de princípios e valores básicos que permita às pessoas pobres ganhar poder por meio da participação, ao mesmo tempo em que são protegidas de ações arbitrárias..."



ECONOMIA

Dívida sem rosto ameaça o Brasil

Mesmo sem saber, cada família brasileira deve cerca de US\$ 6 mil (aproximadamente R\$ 18 mil) aos agentes do sistema financeiro.
 Trata-se de um montante que, em janeiro deste ano, conforme a última estimativa feita pelo governo (dia 24 de abril), atingiu a cifra de US\$ 209,5 bilhões.
 É a chamada Dívida Externa, fantasma das populações dos países periféricos e que, no Brasil, assume proporções ameaçadoras.

Jéferson Assumção

Ilustrações: Francisca Braga

Como todo devedor, os brasileiros têm o direito de saber como é a dívida externa, o que já pagou e se é justo ou não pagar o que ainda falta. Para entender as feições desse endividamento (a dívida brasileira é a maior do mundo e representa 10% de tudo o que se deve entre todos os países), como ocorreu o processo e também para acompanhar os rumos da dívida, a Campanha Jubileu Sul criou no ano passado a Auditoria Cidadã da Dívida. A intenção é abrir a caixa preta das contas contraídas pelos governos brasileiros em cinco séculos.

Para tratar desse assunto, a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Externa e presidente da Unafisco/MG, Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, participou, juntamente com o professor do Departamento de Economia da Ufrgs, Luís Faria, do debate sobre a Alca e a Dívida Externa, no último dia 18, às 19h, no Auditório da Faculdade de Economia. Uma promoção conjunta do Depto. de Economia e do Comitê Estadual de Luta Contra a Alca e com o apoio de várias entidades sindicais, entre elas, a Assibge, Sindisprev, Assufrgs, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, Sindicato dos Jornalistas Profissionais e Sindppd-RS. Ela falou sobre a campanha, que objetiva trazer à tona a verdade sobre a dívida, discutir as consequências desastrosas do seu crescimento e pressionar pela realização de uma Auditoria Oficial, que, mesmo prevista na Constituição Federal, nunca saiu do papel. Para pressionar neste sentido, em 31 de outubro de 2001 o deputado federal Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou a proposta de Auditoria Pública da Dívida na Comissão de Comércio Exterior do Congresso Nacional, mas até agora não teve resposta.

Apesar de pouco conhecida, a proposta de auditoria não é nova. E até já foram feitas algumas tentativas. Para se ter uma idéia do tamanho do problema da dívida, já na primeira auditoria, em 1931 (ano em que o Brasil já devia cerca de 237 milhões de libras esterlinas), encontrou-se diversos problemas nas contas. O ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, concluiu na época que somente 40% dos contratos encontravam-se devidamente documentados, que os valores reais das remessas eram ignorados, que não havia contabilidade regular da dívida, e que as condições dos empréstimos eram muito onerosas, contendo até mesmo "cláusulas vexatórias", que permitiam ao banqueiro internacional cobrar, por suas próprias mãos, impostos, no caso de falta de pagamento. "Naquela época, houve suspensão de pagamentos e renegociação com expressiva redução do valor da dívida", lembrou Maria Lúcia.

Outra ocasião em que se parou para fazer um exame da dívida brasileira foi em 1987, ano da moratória decretada pelo governo de Sarney. Uma Comissão Especial no Senado Federal tinha por objetivo examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros decorrentes dela. O relator desta Comissão Especial era o senador Fernando Henrique Cardoso. Ele ana-

lisou o processo de endividamento ocorrido nos anos 70 e chegou a importantes conclusões. "Afirmou que havia plena consciência quanto à co-responsabilidade dos credores internacionais pelo elevado grau de endividamento dos países do terceiro mundo", disse a auditora.

Em seu relatório, FHC disse que cerca de um quarto da dívida externa brasileira, naquela época, referia-se a juros sobre juros, sem qualquer contrapartida em bens e serviços reais para o Brasil, e que o fato decorria da decisão unilateral do governo dos Estados Unidos de aumentar abruptamente as taxas de juros. Isso elevou consideravelmente os volumes dos compromissos com a dívida, tornando-a impagável. Apesar disso, desde que é presidente, FHC tem sido campeão de remessas desses pagamentos para o Exterior.

A dívida é tão nebulosa que o próprio Banco Central anunciou, em setembro de 2001, a existência de um "erro" de 32,7 bilhões de dólares em seu valor. Na época, pelo menos dois jornais, a Folha de São Paulo e a Gazeta Mercantil, noticiaram que a equipe do BC afirmou que a mudança no cálculo da dívida externa teve como objetivo adaptar os cálculos feitos pelo BC a normas adotadas internacionalmente. "Não sabemos que normas são essas e se elas estão de acordo com a legislação brasileira. Inúmeras dúvidas pairam sobre esse 'erro'", disse a auditora. Esse engano poderia também estar occultando outro meio de propiciar mais garantias e crescentes ganhos ao capital internacional. Mas o importante é que o fato serviu pelo menos para comprovar que existe erro significativo em nossa dívida. "Auditá-la será um ato de respeito ao povo brasileiro", explicou. Frente à omissão do Congresso, várias entidades iniciaram, em abril de 2001, a "Auditoria Cidadã da Dívida", respaldada no voto de mais de seis milhões de brasileiros que participaram do Plebiscito realizado pela Campanha Jubileu Sul em 2000. "Importante é que o que está em jogo é a nossa verdadeira independên-



cia, até hoje não conquistada, pois somos prisioneiros e reféns dessa dívida que nos massacra".

Na avaliação dos auditores, a dependência econômica crescente compromete a soberania brasileira e faz do Brasil "uma verdadeira Colônia". Por isso "precisamos despertar enquanto é tempo e procurar saber onde está todo o dinheiro que foi emprestado pelo FMI e demais credores estrangeiros, e quantas vezes já quitamos nossas dívidas".

O milagre da multiplicação

Ao nascer, todo brasileiro herda uma dívida contraída já na independência do Brasil, dinheiro que Portugal devia à Inglaterra. Mas a dívida começa a ganhar o assombroso vulto que tem hoje a partir da ditadura militar. Antes de 1964, ela se resumia a US\$ 2,5 bilhões. Depois do chamado "Milagre Econômico" do governo Médici (1969-73), os brasileiros passam a dever US\$ 13,8 bilhões. Mas o "milagre da multiplicação da dívida" estava recém começando. Para financiar o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que industrializaria o Brasil, na gestão de Geisel (1974-79), passaríamos a dever US\$ 52,8 bilhões.

Quando os anos de chumbo finalmente acabaram, nosso nome já estava bastante sujo nos quatro cantos da praça internacional, principalmente depois de um

emprestimo desastroso. A arrasadora crise do petróleo, em 1973, aumentou consideravelmente a renda dos países que exportavam o "ouro negro" a preços altíssimos. Houve um excesso dos chamados petrodólares e capitais a custo baixo. Então, os militares aproveitaram a oferta para concluir, a sua maneira, a industrialização do Brasil. O problema é que os empréstimos tinham sido feitos a juros flutuantes. E com isso, afundamos numa dívida oceânica, que não parou de crescer. Como se não bastasse o mau negócio, viria um segundo choque, em 1979, quando os preços do petróleo foram novamente triplicados. Por causa disso, o governo dos Estados Unidos aumentou a taxa de juros para empréstimos bancários de 5,7% para 18,8% ao ano, entre 1975 e 1984 e o Brasil teve um sério acréscimo do serviço da dívida.

Aí veio o pior: o neoliberalismo

De 1979 a 1985, durante o governo Figueiredo, o País remeteu ao exterior US\$ 21 bilhões a mais do que tinha recebido em investimentos. Isso nos trouxe uma enorme recessão e o arrocho salarial da "década perdida". Mas apesar de termos nos tornado "exportadores de capitais", nesse período a dívida externa brasileira quase dobrou. Passou de US\$ 55,8 para US\$ 105,2 bilhões em 1985. A bolha de neve já estava suficientemente grande para seus efeitos se tornarem devastadores nos anos seguintes. Em 1987, veio a moratória.

Como se não bastasse, o quadro econômico mundial ia se complicando e, com ele, todos os que deixaram seus barquinhos econômicos ao sabor das vagas da globalização. Em 1982, com o naufrágio do México tinham-se fechado as torneiras do fluxo de financiamentos para países como o Brasil, que corriam risco de afundar a qualquer momento. Isso levou o governo a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, foram concedidos empréstimos condicionados à "recomendada" adoção de políticas de cortes que aumentaram o sofrimento da população brasileira, gerando arrocho salarial e liberalização dos mercados, o que viria a abrir as portas para o neoliberalismo dos anos 90.

O problema é que, dez anos depois, mesmo depois de beber diariamente o remédio amargo receitado pelo consenso de Washington, o brasileiro vê sua economia ainda mais frágil, os índices de desenvolvimento humano caírem, a dívida continuar crescendo, o dólar bater recordes do plano real e o Risco Brasil disparar.

Essas engrenagens são movidas de longe. Trata-se de uma ciranda em que o Brasil entrou e de onde não consegue mais sair. Para o economista Carlos Schmidt, professor da Ufrgs, o maior problema que a dívida representa ao brasileiro é que ela influencia muito a política monetária do governo, que vive em função dela. Essa é a mesma opinião dos organizadores da Auditoria Cidadã, que afirmam: a dívida externa é hoje o centro das políticas econômicas no Brasil. "Assim, foram mantidas as taxas de juros internas elevadas durante toda a era FHC, para ter os capitais necessários e fechar o balanço de pagamento, juros e amortização da dívida. É uma corrente. Espera-se que esse capital entre num volume tal que ajude a pagar a dívida", explica Schmidt. O problema é que, com as taxas de juros elevadas, o crescimento é baixo, pois fica caro investir, e a população, embora não saiba analisar certos gráficos, é afetada em seu dia-a-dia, desde a hora em que pega o ônibus para o trabalho, até quando entra no armazém da esquina. A sombra da dívida externa vai atrás e volta para

casa na sacolinha de compras.

Em 1994, houve uma nova reestruturação da dívida, envolvendo cerca de um terço do seu montante. O ajuste, feito pelo Tesouro Norte-americano, consistia no reconhecimento pelo Brasil de dívidas anteriores não pagas, que passariam a ser "honradas" integralmente. A reviravolta no cenário econômico mundial determinado pelo aprofundamento das políticas neoliberais também foi marcada pela retomada dos fluxos de capital estrangeiro nos países periféricos no início da década de 90. Aumentando a remuneração dos investimentos estrangeiros feitos no País, o governo brasileiro tentava garantir os recursos necessários para cumprir os compromissos com os credores externos. Isso garantiu o pagamento do serviço da dívida a partir do governo FHC. Porém, não em volume suficiente para impedir que o estoque da dívida diminuisse. Na verdade, passou de US\$ 123,9 bilhões em 1991 para US\$ 148,3 bilhões em 1994. A capacidade de pagamento era apenas ilusória, pois se compunha, preponderantemente, de capitais de curto prazo que poderiam sair do país a qualquer momento, conforme as oscilações do mercado internacional.

A partir de 1995, a intensificação da abertura comercial nos deixou ainda mais dependentes da entrada de capitais externos, agora não apenas para pagarmos a dívida, mas para podermos importar mercadorias do exterior. Houve também, a partir daquele momento, a desnacionalização da estrutura produtiva brasileira que, se de um lado, proporcionou a entrada de capital externo para a compra de empresas nacionais, por outro, implicou na excessiva importação de componentes (deteriorando ainda mais a balança comercial) e na remessa de lucros (que antes eram de US\$ 1 bi passaram para US\$ 5 bi). Apesar do fluxo de investimentos diretos estrangeiros ter saído do patamar médio de menos de US\$ 1 bilhão por ano na primeira metade da década para mais de US\$ 20 bilhões na segunda metade, a balança de comércio passou de um superávit de mais de US\$ 10 bilhões para um déficit de US\$ 5 bi.

Em 1997, o Brasil tinha suficientes reservas em moeda estrangeira. No entanto, elas eram mantidas pela vinda de capitais especulativos. É aí que um verdadeiro furacão entra em ação, arrasando as economias asiática (1997) e russa (1998). A conjuntura internacional mudou novamente, os capitais fugiram e o Brasil teve de recorrer novamente ao FMI no final de 1998. Como sempre, foram feitas mais recomendações anti-sociais, recessão e desemprego: essa é a sombra da dívida, que, no Brasil virou uma imensa dívida social.

Proposta do FMI é o fim da soberania



Maria Lúcia: "precisamos saber quantas vezes já quitamos nossas dívidas"

"Se tivéssemos uma imprensa comprometida com o país, a proposta do FMI, encampada pelo G-7 dia 21 de abril deste ano, de renegociação das dívidas externas e internas dos países do Terceiro Mundo, deveria estar nas primeiras páginas dos jornais", disse a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Externa e Presidente da Unafisco/MG, Maria Lúcia Fattorelli Carneiro. A proposta do FMI, segundo a auditora, inclui mecanismo formal de reestruturação de dívida soberana, um tribunal de insolvência interno e força de lei em sentido universal, ou seja, superior às Constituições dos países. O operador do mecanismo é o próprio FMI e abrange tanto a dívida externa como a interna. Para solicitar a renegociação, o país deverá declarar a sua insolvência e aí passará a estar à mercê do FMI e dos credores privados que poderão determinar como será paga a dívida. Além disso, o país não pode se articular para recorrer a este mecanismo. Tem que ir sozinho. "Os devedores não podem se articular, enquanto os credores só agem unidos", destacou. Para ela, este mecanismo é a institucionalização do fim da soberania do país.

Risco Brasil manda US\$ 10 bi por ano para o exterior

O pagamento de juros para o exterior, além de se dever ao aumento das taxas de juros internacionais na virada das décadas de 70 a 90, e ao aumento do endividamento externo da última década, se deve também à cobertura, pelo governo, do chamado "risco Brasil" (termo usado como sinônimo do EMBI +, sigla em inglês para Índice de Títulos de Mercados Emergentes). Esse adicional representa a maior parte dos encargos que pagamos ao exterior, e é justificado pelo fato de que quem nos empresta dinheiro tem de compensar o risco de uma possível moratória do governo brasileiro. Porém, com o histórico comprometimento do governo brasileiro com o pagamento da dívida – a existência deste "risco-país" só pode ser justificada por uma estratégia de espoliação permanente.

Não se trata de um mero índice de desconfiança. Os investidores internacionais ganham dinheiro com o aumento do risco-país. Afinal, quanto mais alto é o risco, maiores são os juros que o Brasil tem de oferecer aos investidores. Trata-se de um prêmio pelo risco e é medido na comparação entre os juros pagos por um país para os títulos de dívida com relação ao que o Tesouro dos Estados Unidos paga pelos seus. Pois ele é considerado o de risco zero de calote. Quando se diz que o risco Brasil superou os 2 mil pontos, como esteve dia 26 de julho, significa que os títulos da dívida pagam 20 pontos percentuais a mais que os dos Estados Unidos. Por todas essas razões, desde o período militar, a dívida adquiriu dimensões impagáveis, e não parou de crescer até hoje, mesmo com remessas anuais de juros da ordem de US\$ 10 bi desde os anos 80, chegando a US\$ 15 bi em 1999.

Se analisarmos a história, se verifica que é a imposição do "prêmio de risco" é injustificada. Como reflexo da opção política de todos os governos até hoje que, segundo a auditora, "impôs severos sacrifícios à população em

Brasil pagou US\$ 204,28 bilhões em juros

Segundo levantamentos da campanha Jubileu Sul, nos últimos 20 anos, o Brasil pagou 204,28 bilhões de dólares em juros e 355,61 bilhões de dólares em amortização da dívida externa. O endividamento já corresponde ao percentual de 52% do PIB (Produto Interno Bruto), o que compromete todos os orçamentos públicos. "Com a dívida pública, ameaça perigosamente o atendimento às necessidades básicas da sociedade", afirma a auditora Maria Lucia. Segundo a Auditoria, excluindo-se do total destinado a Juros e Amortização da Dívida (US\$ 677,84 bilhões), a parcela que será refinaciada (US\$ 537,69 bilhões), o valor destinado ao serviço da dívida pública este ano chega a 140,15 bilhões de reais.

Além disto, o percentual já gasto até fevereiro do montante previsto para o ano com os juros da dívida é maior que a soma dos outros itens, e maior que o percentual já gasto em Reforma Agrária (foram liquidados apenas 2,18% do previsto para o ano), Saúde (7,44%), Cultura (4,53%), Ciência e Tecnologia (6,07%), Agricultura (5,05%), Urbanismo (0,01%), Habitação e Saneamento (nestes dois últimos itens nada foi gasto). Segundo a auditora Maria Lucia, isso vem a confirmar a opção do governo pelo pagamento da dívida, em detrimento do social. Por isso tudo, o professor Plínio de Arruda Sampaio declarou durante o 2º Fórum Social Mundial que "a Dívida não é apenas um dos problemas brasileiros; é o problema do Brasil. Sem solucionarmos a questão da dívida, qualquer outra medida será meramente paliativa..."

O monstro da dívida social

À medida que cresce a dívida externa brasileira, sua sombra, a dívida social, tam-

bém aumenta. Um dos resultados pode ser verificado no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU. Dos 173 países do mundo, o Brasil ocupa o 73º lugar em desenvolvimento, atrás de países como a Argentina, Colômbia e Venezuela. Subiu duas posições do ano passado para cá, mas o governo comemora. Ultrapassamos o Suriname e o Líbano. Uma das causas são os gastos com juros da dívida, que representam mais que a soma de todos os outros itens selecionados, tanto no que se refere ao montante previsto para o ano, como também ao já realizado até fevereiro.

Ela lembrou que essas medidas, implementadas para se obter a "estabilização" da moeda, custam muito caro ao País. "A cada ano, aumenta a população dos miseráveis: a última pesquisa divulgada pela (FGV) denuncia a existência de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, com renda inferior a R\$ 80,00 por mês", apontou.

Além disso, a Dívida é apontada por ela como responsável pelo aumento do desemprego, o achatamento dos salários, a falta de recursos para investimentos nos serviços de saúde, educação, infra-estrutura e reforma agrária.

Evolução da dívida externa (valores em bilhões de dólares)

Ano	Dívida Externa local	Pagamentos efetuados
	Juros	Amortizações
1981	73,96	9,16
1982	85,30	11,35
1983	93,56	9,55
1984	102,04	10,20
1985	105,17	9,66
1986	111,20	9,33
1987	121,19	8,79
1988	113,51	9,83
1989	115,51	9,63
1990	123,44	9,75
1991	123,91	8,62
1992	135,95	7,25
1993	145,73	8,28
1994	148,29	6,34
1995	159,26	8,16
1996	179,94	9,84
1997	199,99	10,39
1998	241,64	11,95
1999	241,47	15,24
2000	236,16	13,97

Fonte: Boletins do Banco Central e Revista Conjuntura Econômica



Orçamento (itens selecionados)	Previsto (R\$ mil) Dotação Anual	Realizado (R\$ mil) até Fevereiro (Valores Liquidados)	Liquidado (%)
Segurança Pública	1.943.035	202.587	10,43
Assistência Social	6.419.536	758.157	11,81
Saúde	25.885.810	1.925.257	7,44
Educação	14.234.556	1.372.770	9,64
Cultura	358.681	16.242	4,53
Urbanismo	795.536	53	0,01
Habitação	224.895	0	0,00
Saneamento	248.984	0	0,00
Gestão Ambiental	2.790.418	223.532	8,01
Ciência e Tecnologia	2.013.536	122.256	6,07
Agricultura	8.794.236	444.363	5,05
Organização Agrária	1.561.023	34.009	2,18
Sub-total	65.270.246	5.099.226	7,81
Serviço da Dívida Interna	84.413.418	7.063.191	8,37
Serviço da Dívida Externa	28.902.964	2.554.579	8,84

Fonte: Relatório resumido da execução orçamentária do Governo Federal e outros demonstrativos. Fevereiro de 2002. Página 12. Disponível no site: www.fazenda.sen.gov.br

Na perspectiva da criação de um mercado mundial de direitos de emissão de gases com efeito-estufa, surgiu, nos últimos anos, uma ciência bastante controvertida, a Engenharia do Clima, que conta com técnicas como o armazenamento de gás carbônico

Os aprendizes de feiticeiro



Philippe Bovet e
François Ploye*

Cientistas e centros de pesquisas norte-americanos e europeus dedicam-se a experiências climáticas, pretendendo resolver o problema do efeito-estufa.

Acelerando a produção do plâncton, grande consumidor de gás carbônico, mas também seqüestrando esse gás em regiões profundas do mar ou em cavidades terrestres, esses pesquisadores apostam nos grandes lucros financeiros de eventuais mercados para a despoluição.

Até 2008, será criado um amplo mercado mundial de direitos de emissão de gases com efeito-estufa. É essa a consequência do acordo assinado pelos 167 países participantes da última Conferência sobre o Clima, realizada em novembro de 2001 em Marrakech. Nos países desenvolvidos, qualquer indústria poluente deverá reduzir esses gases nocivos ou pagar caro se não respeitar o meio ambiente. Entretanto, os Estados Unidos, presentes na reunião, não ratificaram esse texto.

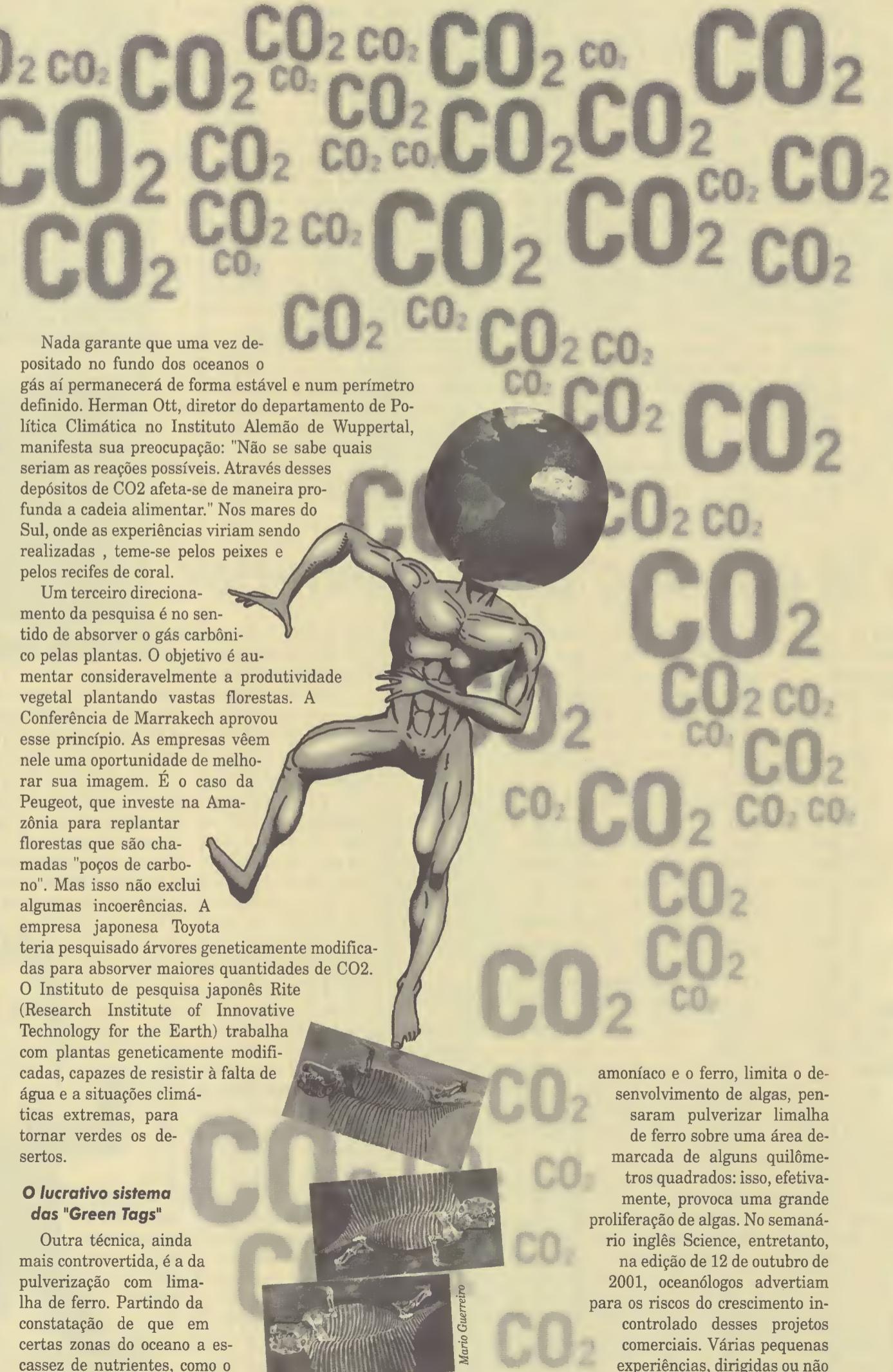
Vedando o gás carbônico

Na perspectiva de novos mercados financeiros, uma ciência bastante controvertida, a Engenharia do Clima, desenvolveu-se nos últimos anos. Conta com técnicas distintas, como o armazenamento durável do gás carbônico (CO_2). As indústrias que não podem ou não querem reavaliar suas emissões de gases poluentes vêm exercendo pressões e procurando saídas. É o caso, principalmente, das multinacionais do carvão e do petróleo, cujas atividades, altamente produtoras de gás carbônico, deveriam ser questionadas a curto prazo. As gigantes da energia, como a empresa petrolífera Exxon ou a multinacional do carvão Edison, fazem o máximo possível para apagar a imagem de poluidoras de suas redes.

Entre todas as técnicas de armazenamento do CO_2 , quatro são objeto de pesquisas já bastante avançadas. A primeira, com experiências já realizadas por ocasião da prospecção de petróleo e gás, consiste em vedar o gás carbônico em amplas cavidades subterrâneas. É utilizada na Noruega pela empresa petrolífera Norsk Hydro. A Total Fina Elf irá investir, em breve, milhões de euros nessa pesquisa. Entretanto, ao contrário do que dizem os que utilizam essa técnica, o CO_2 não é injetado no solo por razões ambientais, mas para manter a pressão na prospecção e obter o máximo de energia fóssil.

Plantas geneticamente modificadas

Em 1999, o Departamento de Energia norte-americano encarregou a Universidade de Berkeley e o laboratório Lawrence Livermore National de realizar pesquisas sobre uma segunda técnica: o seqüestro do CO_2 dos oceanos. O gás carbônico é obtido diretamente da fonte de emissão – por exemplo, à saída das chaminés das centrais térmicas – e depois enviado por gasodutos a 1.500 e até a 3.000 metros de profundidade, onde, comprimido pela pressão da água, se espalha sob a forma de líquido.



por cientistas, já foram, no entanto, realizadas. Outras estão previstas. O laboratório Ocean Technology Group, da Universidade de Sydney, por exemplo, quer fertilizar a costa litorânea do Chile usando o amoníaco com o duplo objetivo de aumentar a absorção do gás carbônico e a criação de peixes. Os japoneses, grandes consumidores de peixe, estão particularmente interessados.

O engenheiro norte-americano Michael Markels que já participou de duas experiências, quer realizar em breve um teste em grande escala, numa área de 10 mil km². Sua nova empresa, a Greensea Venture, fez inicialmente um acordo com o governo das Ilhas Marshall para utilizar suas águas territoriais, mas diante das recentes reticências desse governo, dirigiu-se para as Ilhas Galápagos (no Equador). Segundo Markels, bastaria fertilizar regularmente 150 mil km² de oceano com 250 mil toneladas de limalha de ferro para absorver todo o carbono que os Estados Unidos emitem ao queimar energias fósseis. No âmbito dos mercados de direito a emissões, Michael Markels pensa propor aos industriais um custo de aproximadamente 2 dólares por retirada de uma tonelada de carbono, preço bem inferior ao do mercado, avaliado em 8 dólares. E explica: "As empresas mineradoras poderiam estar interessadas. Uma etiqueta colada ao recipiente de seu combustível lembraria que estão empenhadas em eliminar da atmosfera uma quantidade de gás carbônico equivalente àquela que emitem." Não se trata de um caso isolado. A empresa Ocean Science, ex-Carboncorp, fundada na Califórnia pelo engenheiro Russ George, também trabalha com a fertilização pelo ferro. Propõe que os navios comerciais sejam equipados e pagos para jogar o fertilizante em lugares pré-determinados durante seus trajetos. Sem esperar, e em nome da experiência científica (sic), Russ George criou um sistema de vendas de "Green Tags", a quatro dólares por unidade, cada uma supostamente garantindo o seqüestro de uma tonelada de carbono pelo micro-plâncton dos oceanos. Por apenas 60 dólares, uma residência norte-americana já pode, portanto, comprar o equivalente em "Green Tags" às quinze toneladas de gás carbônico que emite anualmente. Homem de negócios experiente, Russ George montou um esquema sem riscos. Na hipótese provável da fertilização dos oceanos vir a ser aceita no âmbito de um futuro mercado de emissões de poluentes, as "Green Tags" poderiam ser revendidas com lucro. Caso contrário, o investimento efetuado seria dedutível dos impostos a título de ajuda à pesquisa sobre os oceanos.

Uma "tela" para a radiação solar

Todavia, nada comprova que o armazenamento de gás carbônico pelas algas seja durável. Stéphane Blain, oceanólogo da Universidade de Brest que entrevistamos, preocupa-se com as alterações induzidas por essas experiências: "Todos os oceanos são conectados e não se pode afirmar que os efeitos serão restritos a um local. Será difícil, portanto, avaliar as consequências reais. É preciso levar em consideração que o acúmulo de várias pequenas experiências pode ser tão prejudicial quanto uma grande. Na verdade, o controle dessas experiências deveria ser internacional." Paul Johnston, que dirige o laboratório científico do Greenpeace Internacional em Exeter, na Grã-Bretanha, esclarece: "Essas experiências são idéias de engenheiros que simplificam um problema ao máximo pretendendo encontrar uma solução durável. É uma opinião parcial que não leva em conta a visão dos microbiólogos, dos oceanógrafos... Pessoas mal informadas não podem compreender os ecossistemas na sua globalidade." Essas controvérsias também evidenciam a fraqueza da legislação. Além do limite de 200 milhas marítimas, os oceanos não pertencem a ninguém e nenhum país se pode opor a essas experiências.

Considerando que os gases responsáveis pelo efeito-estufa provocam o aquecimento do planeta, o objetivo da quarta técnica seria diminuir a radiação solar recebida pela Terra. Trata-se de espalhar, na alta

atmosfera, partículas finas, sólidas ou líquidas, chamadas aerossol, que funcionariam como uma tela face à irradiação solar. A disseminação seria feita pelos aviões comerciais. A disseminação de aerossol se produz naturalmente quando ocorrem erupções vulcânicas e as imensas nuvens de poeira provocam um efeito refrescante. Hervé Le Treut, climatólogo e diretor do CNRS em Paris, preocupa-se: "Com o aerossol não se vai resolver o problema, mas apenas modificar o mundo de outra maneira. Além do mais, o aerossol provoca chuvas ácidas." Também quanto a isso, o arsenal legislativo inexiste. Na França, como em muitos outros países, nenhuma legislação regula a alta ou a baixa atmosfera.

Controle do clima com objetivos militares

A idéia de intervir sobre os ciclos naturais não é nova. Na década de 60, foram desenvolvidos inúmeros programas de ajuda à agricultura: para aumentar a precipitação pluvial, semeavam-se as nuvens com iodo de prata. Houve quem achasse boa esta solução, que supostamente faria chover na África saheliana, condenada a uma seca endêmica. Nos Estados Unidos, inúmeras empresas ainda funcionam nesse setor: a Atmospherics Inc., criada em 1960, a Weather Modification Inc., ou ainda a TRC North American Weather Consultants, que elaborou mais de 200 projetos de modificação do clima desde a década de 50. Todavia, o impacto desses programas continua sendo secundário: apenas de 10 a 15 % de precipitação adicional. No mesmo período, os militares se interessaram por essas técnicas. De 1966 a 1972, os norte-americanos efetuaram experiências batizadas como Projeto Popeye, durante a guerra do Vietnã. Tentavam prolongar o período das intensas chuvas para que o avanço das tropas norte-vietnamitas fosse impedido pelo barro. A assinatura, em 1976, de uma convenção internacional proibindo o uso de armas ambientais pôs fim a essas experiências.

Todavia, a idéia de um controle do clima com objetivos militares não foi totalmente abandonada. O Projeto Haarp, financiado pelo Pentágono e desenvolvido pelo Centro de Pesquisas sobre a Ionosfera do Alasca, é um exemplo disso. Bernard Eastlund, idealizador do projeto, registrou a patente da idéia de modificar o clima por meio da projeção de raios laser de muita intensidade sobre as fontes de correntes de altitude, os jets stream, cujas variações influem intensamente sobre os climas regionais. Um relatório elaborado em 1996 pela US Air Force insiste sobre a necessidade de a aviação norte-americana intervir diretamente sobre o clima, seja para aumentar a visibilidade – suprimindo as nuvens ou a neblina – ou, ao contrário, para incentivar a formação de instabilidade, criando, em seu proveito, nuvens ou tempestades.

O uso maciço de energias renováveis

As atuais tentativas de modificar o clima são paradoxais. Embora as experiências de fertilização sejam tecnicamente simples de realizar e de baixo custo, implicam em alto risco. Quanto às técnicas de seqüestro do gás carbônico em cavidades ou no fundo dos oceanos, os cientistas esquecem de mencionar que todos esses processos são vorazes consumidores de energia: é preciso capturar o CO₂, comprimí-lo, transportá-lo para o lugar onde será enterrado e injetá-lo no subsolo ou nas profundezas do mar...

Segundo Kitsy McMullen, especialista em impactos e adaptações às mudanças climáticas da organização Greenpeace nos Estados Unidos, "essas pesquisas são feitas ou financiadas por agências governamentais ou grandes empresas que pensam que apenas a tecnologia resolverá sozinha nossos problemas. São incapazes de pensar em soluções simples". Hervé Le Treut, do CNRS, vai mais longe: "Todos esses projetos baseiam-se em considerações econômicas. As possibilidades de controlar esses processos são extremamente frágeis." Melhor seria questionar os modos de produ-

ção industrial e os hábitos de vida dos consumidores ocidentais. Essas experiências de modificação do clima apenas retardam a guinada que será fatalmente adotada, mais cedo ou mais tarde, quando for necessário viver sem quaisquer energias fósseis e tiver que ser priorizado o racionamento da energia e a utilização maciça de energias renováveis, como a solar, a eólica e a biomassa.

Traduzido por Celeste Marcondes

* Respectivamente, jornalista e engenheiro.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFGRS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		
CNPJ-MF N° 90.787.204/0001-64		
BALANÇETES – VALORES MENSais - 2002		
RUBRÍCAS / MESES	MAR	
ATIVO	1.929.986,43	
FINANCEIRO	1.680.140,31	
DISPONÍVEL	235.341,62	
CAIXA	7.385,88	
BANCOS	60.474,00	
APLICAÇÕES C/ LIQUIDEZ IMEDIATA	167.601,28	
REALIZÁVEL	1.444.798,89	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.440.183,98	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.440.183,98	
CRÉDITOS A REALIZAR	4.614,73	
DEVEDORES	0,00	
ADIANTEMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.943,37	
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	29,05	
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	1.582,56	
PREMOS DE SEGURO A VENCER	89,78	
ATIVO PERMANENTE	249.826,12	
IMOBILIZADO	243.880,27	
BENS MÓVEIS	74.059,88	
BENS IMÓVEIS	197.187,69	
REFORMAS EM ANDAMENTO	46.108,16	
(DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS)	73.096,58	
DIFERIDO	5.965,85	
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	8.687,88	
(AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS)	2.722,08	
PASSIVO	1.899.443,62	
PASSIVO FINANCEIRO	9.823,76	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	1.001,49	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	815,80	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	185,69	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00	
CREDORES DIVERSOS	0,00	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	8.822,27	
PROVISÕES PREINCARGOS C/PESSOAL	8.822,27	
SALDO PATRIMONIAL	1.889.619,88	
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.950,40	
SUPERÁVIT ACUMULADO	1.280.669,46	
ADUFGRS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		
POLHA 2		
RUBRÍCAS / MESES	MAR	ACUMULADO
RECEITAS	104.406,10	293.944,49
RECEITAS CORRENTES	80.127,89	225.170,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	80.127,89	225.170,60
RECEITAS PATRIMONIAIS	20.208,22	59.323,67
RECEITAS FINANCEIRAS	20.208,22	59.323,67
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	3.386,47	5.555,12
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	3.386,47	5.555,12
OUTRAS RECEITAS	883,52	3.895,10
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	803,52	2.179,30
OUTRAS RECEITAS	80,00	1.716,80
DESPESAS	88.045,49	265.995,91
DESPESAS CORRENTES	88.045,49	265.995,91
DESPESAS COM CUSTEIO	25.514,63	80.061,04
DESPESAS COM PESSOAL	14.878,72	98.195,72
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	6.014,80	23.070,04
DESPESAS DE EXPEDIENTE	3.056,87	14.823,68
DESPESAS C/IMPОСTOS/TAXAS/DIVERSOS	376,89	2.474,98
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	262,93	1.777,28
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.321,93	3.906,29
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	83,99	840,94
ENCARGOS FINANCEIROS	16,80	83,86
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	41.860,45	127.722,89
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	660,00	4.608,00
DESPESAS COM VIAGENS	11.007,65	27.062,95
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	650,00	4.677,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	2.009,90	23.761,49
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	16.705,00	55.419,40
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	10.828,00	11.294,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.570,41	59.211,98
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	16.866,07	47.045,84
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.974,34	11.168,14
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	16.360,61	27.948,58
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	27.948,58	27.948,58
ADUFGRS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS – FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO		
POLHA 3		
RUBRÍCAS / MESES	MAR	ACUMULADO
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	2.830,44
FÓRUM MUNDIAL EDUC. RECEITAS DE INSCRIÇÕES	0,00	1.620,00
ESTORNO DESP. PENDENTES COMPROVAÇÃO EM 2001	0,00	1.210,44
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	246,15	256,21
CONDUÇÕES URBANAS – F.M.E.	0,00	0,00
CPMF – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS INFRA-ESTRUTURA – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS CIESTADIA E HOSPEDAGENS – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS BANCÁRIAS – F.M.E.	8,00	24,00
DESPESAS C/LOCAÇÕES – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS C/PASSAGENS – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS C/SEGURANÇA – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO – F.M.E.	0,00	0,00
GASTOS C/COMBUSTÍVEIS – F.M.E.	0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE – F.M.E.	261,25	231,25
PREVIDÊNCIA SOCIAL – F.M.E.	0,00	0,00
PROPAGANDA E PUBLICIDADE – F.M.E.	0,00	0,00
SERVICOS DE TERCEIROS – F.M.E.	0,00	0,00
DESPESAS PENDENTES DE COMPROVAÇÃO	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(240,15)	2.574,23
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	2.574,23	2.574,23
RUBENS C. V. WEYNE		
PRESIDENTE		
NINO H. FERREIRA DA SILVA		
CONTADOR – CRC/RS N° 14418		

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Argentina debate impacto da crise econômica

A *débâcle* econômica da Argentina e os desafios para o movimento internacional antineoliberalismo serão os temas do Fórum Social Mundial da Argentina, que acontece em Buenos Aires entre os dias 22 e 25 de agosto. O evento, que segue o espírito de Porto Alegre, pretende analisar o impacto devastador do neoliberalismo na Argentina, difundir internacionalmente as experiências de resistência e luta, e se inserir no processo de multiplicação de fóruns nacionais, regionais e temáticos em nível mundial.

Outras metas do encontro são promover os processos de convergência e articulação dos diferentes movimentos e organizações sociais e populares que hoje lutam contra o modelo neoliberal na Argentina; estreitar os vínculos com representantes do movimento internacional; promover a articulação das lutas contra a Alca e ainda estimular a elaboração de projetos de integração e desenvolvimento na região sul, baseados

na defesa da solidariedade e dos interesses dos povos.

Para a organização do evento, a participação de pessoas de todo o mundo nas duas edições do FSM – Porto Alegre 2001 e 2002 – atesta a importância do movimento que já é considerado o ato político internacional de maior destaque no início do novo século. A diversidade é vista como um reflexo das várias faces adotadas pela luta contra o neoliberalismo e torna o movimento original e legítimo, ao mesmo tempo que alimenta e potencializa o debate democrático.

A crise argentina é hoje o mais claro exemplo das devastadoras consequências sociais do modelo de sociedade de mercado que se tenta implantar em todo o mundo. A possibilidade de desenvolver um fórum temático dedicado à crise do neoliberalismo na Argentina foi sugerida por inúmeras organizações e movimentos que participam do FSM, especialmente os do Brasil.

Programação FSM – Eixos Temáticos

23, sexta-feira, de 19h às 22h

Eixo Temático: Causas e consequências da crise

* A crise argentina no contexto do capitalismo mundial

- O modelo global na Argentina
- Concentração da riqueza e exclusão social
- A responsabilidade dos organismos multilaterais
- Transnacionalização e financiamento
- Dívida externa, desindustrialização, desocupação, migração e discriminação

* O Estado neoliberal e a crise da democracia

- O desmantelamento do Estado
- Privatizações
- Perda de soberania e de autonomia frente à pressão transnacional
- Limites da democracia formal
- Crise da representatividade dos partidos políticos e da legitimidade dos poderes públicos
- Função dos meios de comunicação na construção da hegemonia.

* Neoliberalismo e hegemonia norte-americana na América Latina

- Alca: nova ofensiva imperial
- Planos hegemônicos para a região: Plano Colômbia, Plano Andino, Plano Puebla - Panamá
- Militarização na América Latina
- Desestabilização e crise política na região (Venezuela, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai)
- Exploração dos recursos naturais e ameaça à biodiversidade
- Criminalização das lutas sociais
- Ataque à diversidade cultural

* O mercado contra os direitos sociais (título provisório)

- Crise e transformações do mundo do trabalho e suas consequências na vida cotidiana e social
- Mudanças e desafios no mundo sindical e das obras sociais
- Perda de direitos universais (educação, saúde, moradia, etc.)
- Mercantilização da vida
- Desintegração social, familiar e individual
- Violência
- Feminização da pobreza e das lutas
- As transformações culturais

TRABALHADORES

Centrais sindicais lançam Declaração de Montevidéu

Reunidos dia 17 de julho em Montevidéu, Uruguai, representantes das centrais sindicais brasileira (CUT), uruguai (PIT-CNT) e argentina (CTA) aprovaram a Declaração de Montevidéu em que se posicionam sobre a situação econômica, social e política dos três países e convocaram os trabalhadores a participarem da 7ª Marcha dos Sem, que estava programada para ocorrer dia 2 de agosto, em Uruguaiana. Participaram do encontro os presidentes da CUT Nacional, João Felício, e da CUT/RS, Quintino Severo.

Os trabalhadores denunciaram e rechaçaram as políticas dos governos federais dos três países que, segundo as centrais, expressam os interesses dos setores beneficiados pela estratégia neoliberal: "Aliados à política hegemônica do governo norte-americano e aos organismos financeiros internacionais, marginalizam cada vez mais amplos setores sociais, entregam nossos recursos estratégicos aos monopólios transnacionais, pondo em questão nossas soberanias e nossa viabilidade como nações".

Os dirigentes das centrais concluíram que os três países vivem um momento semelhante, principalmente em relação à retirada de direitos dos trabalhadores e ao desemprego. "Mas o tema de maior preocupação, e que poderá agravar este quadro, é a possível implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)", afirma Severo. Os trabalhadores decidiram que, no dia da Marcha dos Sem as três centrais assinariam um tratado se posicionando contra a Alca e defendendo um Mercosul solidário.

Também foi aprovada uma declaração de solidariedade aos trabalhadores e seus sindicatos do Uruguai em luta na defesa de suas fontes e condições de trabalho, seus salários e em especial aos trabalhadores do Hospital de Clínicas organizados no sindicato UTHC e a Universidad de la República, da Coca Cola (STCC) organizados no FOEB e de FFOSE, que defendem seus empregos e a empresa pública. A outra declaração foi em solidariedade ao povo paraguaio. As três centrais rechaçaram a medida decretada pelo governo do Paraguai de cercear os direitos democráticos dos cidadãos. E expressaram seu apoio incondicional aos trabalhadores, ao povo e aos companheiros do movimento sindical paraguaio.

territoriais, sociais e culturais

- Construções sindicais alternativas
- Movimentos piqueteros e de população organizada
- Revitalização das trocas
- Hortas comunitárias
- Propostas de soberania alimentar
- Orçamento Participativo
- Experiências alternativas de comunicação e de trabalhadores da cultura

* Uma nova América para um novo mundo

- Resistências e convergências da Argentina ao movimento global
- Articulação do movimento social de resistência regional e global ao neoliberalismo (campanha contra a Alca, FMI, a dívida externa e a militarização)
- Criação e integração dos fóruns, redes e agendas comuns de manifestações
- Protagonismo e confluência dos movimentos campesinos e indígenas (MST, CONAIE, Zapatismo, CLOC, Via Campesina, etc.)
- Intercâmbios e acordos entre movimentos sociais, organizações, territórios e regiões com crescente autonomia
- Rumo à integração latinoamericana nos campos político, econômico, social e cultural

Detalhe de "The blue room" / Gonzalo Cienfuegos



Os mal-vestidos e o baile de gala

A decisão a seguir, do juiz Lélio Rosa de Andrade em uma Ação de Indenização por Danos Morais, ocorrida em Tubarão (SC), dia 11 de julho, é uma verdadeira aula de valores e uma demonstração da puerilidade de certas esferas da sociedade brasileira. Trata-se de uma mãe que pedia indenização de R\$ 5.440,00 porque sua filha havia sido barrada na entrada de um baile. O motivo: o baile era de gala e a jovem não estava "devidamente trajada". Depois de pequeno escândalo, a mãe da moça conseguiu que ela entrasse, não sem ameaças de que processaria o clube. Não houve conciliação, quando convidados a conversar acusador e réu. Eis a decisão do juiz:

"No Brasil, morre por subnutrição uma criança a cada dois minutos, mais ou menos. A população de nosso planeta já ultrapassou seis bilhões de pessoas e um terço deste contingente passa fome, diariamente. A miséria se alastrá, os problemas sociais são gigantescos e causam a criminalidade e a violência generalizada. Vivemos em um mundo de exclusão, no qual a brutalidade supera com larga margem os valores humanos. O Poder Judiciário é incapaz de proporcionar um mínimo de Justiça Social e de paz à sociedade. E agora tenho de julgar um conflito surgido em decorrência de um vestido. Que valor humano importante é este, capaz de gerar uma demanda jurídica?"

Moda, gala, coluna social, são bazófias de uma sociedade extremamente divida em classes, na qual poucos usufruem da inclusão e muitos vivem na exclusão. Mas, nos termos do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, cabe ao Poder Judiciário julgar toda e qualquer lesão ou ameaça a direito. É o que passo a fazer.

Da preliminar

As questões preliminares são referentes às matérias processuais, que inviabilizam a tramitação normal do feito. No presente caso, a preliminar arguida refere-se ao mérito, ou seja, a possível "ausência de qualquer situação que caracterizasse constrangimento, vergonha ou humilhação para a Autora".

Isto refere-se aos fatos e não diz respeito a questões preliminares. Portanto, como preliminar, indefiro o pedido, pois o mesmo será analisado no mérito.

Do Mérito

A celeuma refere-se ao fato de a requerente ter sido barrada na entrada de um baile provido pelo requerido. Segundo este, aquela não estava devidamente trajada, pois, nos termos do convite de fls. 11, o traje exigido era de "Gala a Rigor (smoking preto e vestido longo)", e a indumentária utilizada no dia, pela requerente, não se enquadrava neste conceito. Já a requerente alega que

sim, seu traje era adequado.

Pelas testemunhas inquiridas, vê-se que os fatos não foram além disto, até a presença da mãe da autora, que "esquentou" a polêmica, dando início a um pequeno escândalo, pois exigia o ingresso de sua filha, o que, aliás, acabou ocorrendo, pois ela participou, normalmente, do baile.

Diante destes fatos, o julgamento da lide cinge-se a verificar se o fato de a autora ser barrada na entrada do baile constitui-se em um ilícito capaz de gerar danos morais.

Um primeiro problema que surge é saber enquadrar o conceito de traje de gala a rigor, vestido longo, aos casos concretos, ou seja, aos vestidos utilizados pelas participantes do evento. Nesta demanda, a pessoa responsável pelo ingresso no baile entendeu, em nome do requerido, que o vestido da autora não se enquadra no conceito. Já a autora e sua mãe entendem que sim.

Como determinar quem tem razão? Nomear um estilista ou um colunista social para, cientificamente, verificar se o vestido portado pela autora era ou não de gala a rigor? Ridículo seria isto.

Sob meu ponto de vista, quem consente com a futilidade a ela está submetida. Ora, no momento que uma pessoa aceita participar destes tipos de bailes, aliás, nos quais as indumentárias, muitas vezes, se confundem com fantasias carnavalescas, não pode, após, surgir-se contra as regras sociais deles emanadas. Se frívolo é o ambiente, frívolos são todos seus atos.

Na presente lide, nada ficou provado em relação ao requerido, salvo o fato de que a autora foi impedida, inicialmente, de entrar no baile, sendo, posteriormente, frente às atitudes de sua mãe, autorizada a entrar. Não há prova nos autos de grosserias, ou melhor, já que fala-se de alta sociedade, falta de urbanidade, impropriedade ou indelicadeza por parte dos funcionários do requerido. Apenas entenderam que o traje da autora não se enquadrava no conceito de gala a rigor e, por conseguinte, segundo as regras do baile, sua entrada não foi permitida. Isto, sob meu julgamento, não gera danos morais, pois não se trata de ato ilícito. Para quem tem preocupações sociais, pode até ser um absurdo o ocorrido, mas absurdo também não seria par-

ticipar de um evento previamente organizado com regras tão estultas?

A pretensão inicial é improcedente, pois nos termos do art. 333, I, do CPC, a autora não comprovou qualquer ato ilícito do requerido capaz de lhe causar danos morais.

Para finalizar, após analisar as fotografias juntadas aos autos, em especial as de fls. 12, não posso deixar de registrar uma certa indignação de ver uma jovem tão bonita ser submetida, pela sociedade como um todo, incluindo-se sua família e o próprio requerido, a fatos tão frívolos, de uma vulgaridade social sem tamanho. Esta adolescente poderia estar sendo encaminhada nos caminhos da cultura, da literatura, das artes, da boa música. Poderia estar sendo incentivada a lutar por espaços de lazer, de saber e de conhecimento. Mas não. Ao que parece, seus valores estão sendo construídos pela inutilidade de conceitos e práticas de exclusão.

Cada cidadão e cidadã é livre para escolher seu próprio caminho. Mas quem trilha as veredas das galas de rigor e das altas sociedades, *data venia*, que aceite seu tempo e contratempos, e deixe o Poder Judiciário cuidar dos conflitos realmente importantes para a comunidade em geral.

Pelo exposto, julgo improcedente a pretensão inicial e condeno a requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, em R\$ 1.000,00.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Tubarão, 11 de Julho de 2002.

O RELHA



Chiapas, construindo a esperança

Vários Autores

Coletânea de ensaios e artigos escritos entre 1994 e 1999 por autores brasileiros e mexicanos

que tentam jogar luz sobre o fenômeno zapatista, que se desenrola desde 1994 no estado de Chiapas, ao sul do México. Editora Paz e Terra, R\$ 30,00. 380 p.



Exortação aos crocodilos

Antônio Lobo Antunes

Quatro mulheres compartilham um segredo terrível ligado aos homens com quem vivem. Suas

memórias e a opressão de carregar o mistério compõem o cenário do romance deste autor português. Editora Rocco, R\$ 36,00, 360 p.



Ébano

Ryszard Kapuscinski

Tradução: Tomasz Barcinski

As memórias do jornalista polonês sobre os quarenta anos em que percorreu

países como Angola, Nigéria, Tanzânia, Somália e Ruanda. Companhia das Letras, 360p. R\$ 37,00

WWW

Bancários

www.bancnet.com.br

Sítio da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, com notícias e documentos dos sindicatos.

Arte

www.artchive.com

Sítio bastante completo com reproduções de quadros de diversos artistas.

"ECO 92 tinha menos clareza que as manifestações de hoje"



Regina Scharf: "o fluxo de recursos do Norte pro Sul caiu muito, principalmente na área ambiental"

A jornalista Regina Scharf, com sete anos de trabalho na Gazeta Mercantil, e também como editora do sítio www.riomaidesdez.org.br, esteve recentemente em Porto Alegre, quando avaliou a cobertura de imprensa da Rio 92 e os caminhos do movimento ecológico desde então. Regina trabalhou na cobertura da Eco 92, um encontro que, segundo ela, esteve muito longe de ser "vazio", como o alegado na época pela imprensa. A jornalista considerou o encontro sem precedentes para a conscientização sobre a questão ambiental mesmo que, quando se pense em questões mais mensuráveis, a história seja outra. Ela lembra que os indicadores no campo da degradação da biodiversidade, da implementação da Agenda 21, das mudanças climáticas e da questão financeira não são nem um pouco animadores. Ao considerar questões como biodiversidade, clima e a criação da Agenda 21, Regina diz que as coisas estão cada vez piores desde a última década. Se por um lado a fiscalização ambiental aumentou no mundo inteiro, o Tratado da Biodiversidade, por exemplo, de que 183 países são signatários, foi negado pelos Estados Unidos. A convenção do clima foi assinada por 163 países, no entanto isso não significa que estes tenham diminuído suas emissões de gases poluentes. Mais uma vez os Estados Unidos, responsáveis por 1/4 das emissões do planeta, foi o país onde o nível destas aumentou 18%. Ainda assim, a jornalista demonstra, como na entrevista a seguir, estar otimista quanto a reunião de Joanesburgo, pois aguarda um maior engajamento da sociedade civil e avanços significativos nas discussões que serão realizadas.

Clarissa Pont

AD verso Em 1992, vivíamos o início da aplicação da política neoliberal no mundo, e estavam no início também as discussões sobre a degradação ambiental que isso implicaria. O que significa Johanesburgo agora, depois de termos vivenciado uma década de globalização neoliberal?

Regina Scharf - A primeira coisa é que o fluxo de recursos do Norte pro Sul caiu muito, principalmente na área ambiental, mas essa não é a única causa. Realmente teve um recrudescimento da política de subsídios agrícolas, e não só isso. Uma série de barreiras foi imposta ao longo desses anos, algumas inclusive na área ambiental, na área social, em outras áreas que acabam estabelecendo regras que nem sempre os países mais pobres conseguem cumprir. Eu acho que essa é uma tendência muito forte, quer dizer, parece uma coisa bastante evidente que a globalização foi um fenômeno muito desigual. Então, eu posso dizer que os problemas só se agravaram. Outro problema é a distribuição de renda, tanto no caso do Brasil. Se a gente olhar, realmente melhoraram todos os indicadores de consumo e de riqueza no norte de um modo geral, embora existam crises pontuais como essa que está acontecendo agora nos Estados Unidos. E de um modo geral, se a gente pegar os países pobres, os indicadores só pioraram. Do ponto de vista de análise do neoliberalismo a gente pode dizer que a coisa ficou bem mais cabeluda.

Adverso - Os Estados Unidos acabam mostrando que, também nas questões ambientais, estão agindo para favorecer questões econômicas...

Regina - A defesa de interesses nacionais continua sendo uma coisa muito mais forte do que a defesa de interesses coletivos. E é aquilo, o Bush pai se recusou a assinar a convenção da biodiversidade dizendo que isso era negativo para os negócios norte-americanos, o que é uma atitude repetida pelo Bush filho no que se refere ao Protocolo de Kioto. Mostra bem que esse foco nacional era forte na época e continua forte como nunca. Essa discussão do multilateralismo enquanto fórum que tenta equilibrar o poder e que está tão enfraquecida acho que essas questões todas mostram que não ouve nenhuma melhora.

Adverso - Em 1992 ainda não existia também esse questionamento ao pensamento único. A Rio + 10 vai colocar à prova o poder de mobilização dos

movimentos antiglobalização, como por exemplo o pessoal que se encontra no FSM?

Regina - A gente ainda não tem muita certeza do que vai acontecer deste ponto de vista, não sei muito bem como está a mobilização, mas eu concordo que é importante tê-la. Principalmente uma mobilização propositiva. Eu acho que as manifestações de rua têm o seu papel, mas eu acho que é nisso que o FSM é interessante, porque ele realmente teve um caráter propositivo. Isso é uma mudança de posição em relação a Seattle e Praga e outras manifestações que tiveram antes. Agora se realmente a mobilização vai ser grande na África do Sul, ou vai se repetir o que aconteceu em Roma, isso eu não sei avaliar, mas acredito que vai ser forte.

"O FSM é interessante, porque realmente teve um caráter propositivo"

Adverso - A impressão que dá é que a Eco 92 foi um encontro muito mais de autoridades e governantes do que de movimentos da sociedade civil...

Regina - Não, não é bem verdade. O que acontece é o seguinte. Na verdade eram dois encontros em paralelo. No Rio Centro, com sistema de segurança super rígido, com credenciamento que foi feito meses antes, era o encontro oficial. E vamos dizer assim que, do ponto de vista da ONU, era o principal. Eu não posso dizer que ele atraiu mais atenção da mídia porque os dois atraíram bastante, mas ele era muito mais formal, mais organizado. Agora, o encontro das não-governamentais, apesar de ele ter um caráter um pouco diferente, era um pouco mais lúdico. Quer dizer: tinha gente de correntes muito diferentes, tinha muita diversidade nas posições, e isso era bom. Mas acho também que ele tinha menos clareza do que essas manifestações de hoje que têm uma postura contra o neoliberalismo e contra a globalização. Acho que na Eco 92 tinham uns 20 mil militantes, e isso não era pouca coisa. Até essas manifestações, eu acho que de Seattle foi a primeira, até então não teve nada parecido com a Eco 92. Mas era uma coisa assim, tinha grupos discutindo os direitos das mulheres, grupos discutindo os direitos dos índios, era um pouco

mais pulverizado enquanto bandeiras. Eu não sei se agora a gente vai ter algo mais na linha de Porto Alegre mesmo, mas dá pra dizer que foi bem importante.

Adverso - Na Caros Amigos do mês de julho, o jornalista Gilberto Felisberto Vasconcellos diz em sua coluna que a "privatização feagaceana do território pelas gangues financeiras internacionais é uma programada jogada genocida: a existência do povo brasileiro passa a ser um obstáculo à apropriação dos recursos naturais dos trópicos. É por isso que está sendo amplamente divulgada na Europa e nos EUA esta medonha mensagem: 'Preserve a floresta, mate um brasileiro!'. Há essa tendência de apresentar o brasileiro para o resto do mundo como um povo que não poderia ser responsável por seu patrimônio ambiental?

Regina - Eu não sei se chega a tanto. Essa coisa de você tentar demonizar o outro, dizer que o brasileiro que é o culpado, ou que são os norte-americanos os culpados, é uma coisa que sempre existiu. Mas eu não sei até que ponto essa tendência hoje é tão forte, embora já tenha mais forte no passado. Pessoalmente eu não acho que seja uma idéia tão marcada, inclusive, obviamente que, se a gente está falando de gente preocupada com a questão ambiental, hoje o vilão é os Estados Unidos. E isso é uma coisa muito forte, tanto na imprensa especializada quanto na não-especializada. Os Estados Unidos recusaram várias propostas nos últimos tempos. Tem essa coisa de

"Até então não teve nada parecido com a Eco 92"

que querem internacionalizar a Amazônia, tem também uma mensagem que teria circulado muito tempo na internet dizendo que nas escolas dos Estados Unidos se ensinava que a Amazônia era uma área internacional. Mostrava um mapa do Brasil que excluía a Amazônia. Isso tudo está mais na área dos boatos do que propriamente da verdade. Não acho impossível que alguém tenha feito um adesivo desses, mas não acho que seja uma coisa tão generalizada. Isso está longe de ser tendência.